



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Gabinete do Secretário

Of.SEFAZ/GABSEC SEI 740  
de 2021

Rio de Janeiro, 03 de setembro

A Sua Excelência o Senhor  
**NICOLA MOREIRA MICCIONE**  
Secretário da Secretaria de Estado da Casa Civil

**Assunto: Medidas de Ajuste Adicionais a serem incluídas no Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro**

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo Secretário de Estado de Fazenda infra-assinado, vem, tendo em vista a edição da Lei Complementar nº 178/2021 e a atual elaboração do Plano de Recuperação Fiscal, solicitar o **encaminhamento de sugestões de possíveis medidas de ajustes pertinentes para adoção pela Secretaria** para os próximos exercícios, em razão do que segue.

Para melhor compreensão da matéria, promove-se a seguir uma breve explicação acerca do contexto em que o Estado se encontra, a fim de elucidar o motivo pelo qual se procede à presente solicitação.

## **I. CONTEXTUALIZAÇÃO E CRONOGRAMA**

O Novo Regime de Recuperação Fiscal (NRRF) tem origem na publicação da Lei Complementar nº 178/2021, que, entre outras disposições, altera a Lei Complementar nº 159/2017, instituidora do primeiro Regime pactuado em 2017. De modo geral, esta última permanece sendo a Lei que rege esse pacto com a União, porém, pela natureza de suas alterações, considera-se que se trata de um novo regime, o que justifica o novo pedido de adesão realizado pelo Estado à União.

Em resumo, as alterações realizadas pela LC 178/2021 objetivam estabelecer um **programa de ajuste fiscal** para os entes que apresentam desequilíbrio em suas contas, como no caso do Estado do Rio de Janeiro. Dentre os benefícios que o Estado terá com a sua inserção no NRRF, vale ressaltar a **ampliação no prazo para reequilíbrio das contas estaduais** de seis para nove anos e o **alongamento por até 30 anos das dívidas** contraídas com a União, conforme disposto, respectivamente, no § 6º do art. 2º e no art. 9º, ambos da nova redação da LC 159/2017.

Como é sabido, diante da emergência de sua situação fiscal, o estado fluminense aderiu

oficialmente ao Novo Regime de Recuperação Fiscal em 04 de junho de 2021 e, desde então, **deve também cumprir certas obrigações em contrapartida aos benefícios concedidos pela União, como a adoção de medidas de ajuste fiscal** previstas no artigo 2º da LC 159/17.

Apesar de já ter ocorrido a referida adesão, **a plena vigência do NRRF somente se dará com a homologação do Plano de Recuperação Fiscal (PRF) pelo Presidente da República**, documento este que conterà os compromissos a serem observados pelo ente estadual.

Após homologado, **o PRF regerá a situação fiscal do Estado do Rio de Janeiro enquanto viger o Novo Regime de Recuperação Fiscal, abarcados os gastos e as despesas previstas para o período**, a princípio, até 2030. Ele será o parâmetro para aferição do devido cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado, de modo que desviar-se dele poderá ensejar a decretação de inadimplência e consequente exclusão do ente do NRRF caso seja constatada por 2 anos.

Nesse sentido, o Plano de Recuperação Fiscal do ERJ está atualmente sendo elaborado conforme o cronograma pactuado com a União, sendo este dividido em cinco entregas, conforme explanado abaixo:

ENTREGAS	PRAZO MÁXIMO
I. Elaboração do <b>diagnóstico fiscal</b> do Estado	<b>05 de julho de 2021</b>
II. Elaboração do <b>cenário base e ressalvas</b>	<b>10 de setembro de 2021</b>
III. Elaboração do <b>cenário ajustado com medidas de ajuste</b>	<b>08 de outubro de 2021</b>
IV. Envio de <b>metas e hipóteses de encerramento</b>	<b>04 de novembro de 2021</b>
V. Apresentação do <b>PRF</b>	<b>11 de novembro de 2021</b>

A Entrega I já foi realizada e a Entrega II encontra-se em vias de ser encaminhada para a União, pelo que nossos esforços estão se voltando para atendimento do exigido para a Entrega III dentro do prazo pactuado.

Nessa toada, além de indicar as medidas de ajuste de observância obrigatória pelo Estado, é de extrema importância que sejam realizados estudos sobre a implementação de **medidas de ajuste adicionais**, sendo esse o objetivo da presente comunicação.

## **II. DAS MEDIDAS DE AJUSTE IMPOSTAS PELO NOVO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL**

Dada a relevância do NRRF para o Estado do Rio de Janeiro, destaca-se que a ele são impostas a adoção de medidas de ajuste fiscal, de forma a buscar o aumento de receita ou redução de

despesas para o ente. Dentre as medidas de ajuste impostas ao Estado do Rio de Janeiro pelo NRRF, estão a Reforma da Previdência Estadual, a revisão do Regime Jurídico dos Servidores e a Redução de Benefícios Fiscais, cujo detalhamento se encontra no Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021.

Por outro lado, além das medidas de ajuste obrigatórias, o Estado do Rio de Janeiro poderá apresentar **medidas de ajuste adicionais**, ou seja, aquelas que entender factíveis e pertinentes para **auxiliar na recuperação das contas estaduais e seu consequente reequilíbrio financeiro**.

### III. DAS MEDIDAS DE AJUSTE ADICIONAIS

Nos termos da regulamentação do NRRF, em especial o Manual de Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, todas as medidas de ajuste apresentadas devem ser devidamente detalhadas em **notas técnicas que as especifiquem**, contendo, obrigatoriamente:

- Assunto
- Dados históricos, se houver
- Parâmetros, metodologia e premissas
- Projeção de impacto financeiro
- Impactos reflexos
- Prazo para adoção da medida
- Anexo: Plano de Ação

Destaca-se que todas as medidas devem ter **fontes de informação** claras e já vigentes, de modo que **não será possível indicar um sistema a ser implementado somente após a homologação do Plano de Recuperação Fiscal**, pois o objetivo é que os dados sejam mais fiéis à realidade para viabilizar a análise por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme exigido pela mesma.

**Cada nota técnica deverá ser acompanhada de um Plano de Ação, composto pela descrição do objetivo da medida a ser implementada e pela lista de entregas chave, com os respectivos prazos e critérios que deverão ser utilizados para a execução da medida.** Esse Plano de Ação é o instrumento de base para avaliação do desempenho do Estado por parte do Conselho de Supervisão, haja vista que ele subsidiará a verificação da implementação das medidas de ajuste nos prazos e formas previstos no Plano de Recuperação Fiscal em vigor.

Apesar de não estar totalmente adequada aos moldes atualmente exigidos pela STN, segue em anexo, para fins exemplificativos, Nota Técnica de medida adicional (**NOTA TÉCNICA Nº 86/2020/SUPOF/SEFAZ/RJ** - SEI 21826874) elaborada em novembro de 2020 em momento de revisão do antigo Plano de Recuperação Fiscal.

### IV. CONCLUSÃO

Nesse sentido, a fim de viabilizar o cumprimento do cronograma de entrega do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, solicitamos de V.Exa. que nos envie:

1. **Sugestão de medidas adicionais** que considerarem viável a inclusão no Plano de Recuperação Fiscal, considerando as informações apresentadas nesse ofício;

2. **A indicação de responsável** (nome, e-mail e telefone para contato) pelo encaminhamento e acompanhamento da(s) medida(s) indicada(s).

Por fim, solicitamos que as informações acima listadas sejam enviadas até **10/09/2021** para que seja realizada uma **reunião às 14h do dia 14/09/2021 para tratar do andamento das medidas adicionais propostas**.

Sendo o que nos oferece momento, renovamos protestos de estima e consideração e colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

**NELSON ROCHA**

Secretário de Estado de Fazenda

ID 564544-1



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Monteiro da Rocha, Secretário de Estado**, em 03/09/2021, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **21834394** e o código CRC **5353DFAB**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-040108/000072/2021

SEI nº 21834394

Av. Presidente Vargas, nº 670, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-001  
Telefone: - [www.fazenda.rj.gov.br](http://www.fazenda.rj.gov.br)



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil**

**NOTA TÉCNICA**

**ESTIMATIVA DE VALORES REFERENTES À SEGUNDA FASE DA  
CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS  
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES  
DO RIO DE JANEIRO.**

Esta Nota Técnica elaborada pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro tem o objetivo de apresentar as estimativas de valores referentes à segunda fase da **CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Com previsão do leilão ser realizado em 29 de dezembro de 2021, os valores da primeira e segunda parcelas da outorga fixa serão pagos pela SPE vencedora do certame ao longo do ano de 2022. Considerando a data do leilão, a primeira parcela, equivalente a 65% da outorga fixa, será paga até oito de abril de 2022. A segunda parcela, ao final da operação assistida, prevista para durar até seis meses, deve ser paga até 11 de outubro de 2022.

O governo do Estado, através da Secretaria da Casa Civil, é responsável pela condução técnica do processo de concessão, através de delegação concedida pelos municípios participantes do procedimento. Em referência ao valor da outorga, será mantida a mesma regra de repartição dos leilões dos blocos 1, 2 e 4, realizados em 30 de abril de 2021. A outorga mínima, que se refere ao preço dos ativos afetos à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, será repartido na proporção de 80% para o governo do Estado, 15% para os governos dos municípios e 5% para o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, administrado pelo Instituto Rio Metrópole, órgão executivo de políticas públicas em funções de interesse comum metropolitanas.

O valor de direito dos municípios será distribuído conforme a população, respeitando a proporcionalidade do pagamento das parcelas da outorga pela concessionária, ou seja, 65% na assinatura dos contratos, 15% ao final da operação assistida e 20% até o final do terceiro ano após assumir a operação plena. Embora esta Nota Técnica não realize estimativas de excedente (ágio), que se refere ao valor oferecido acima do valor da outorga mínima, sem integralizar o preço do ativo concedido, fica determinado que, a exemplos dos leilões da primeira fase, a divisão do excedente, a repartição será feita 50% para o Estado e 50% para os municípios, conforme a população de cada município.

Para determinar o valor da outorga é preciso considerar o valor do bem concedido, neste caso, o direito de cobrar para executar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo período de 35 anos. O valor do bem concedido é determinado pelo potencial de geração de receita em relação aos custos necessários de investimentos (Capex), reinvestimentos (Repex), operação de manutenção (Opex – incluindo salários e tributos). O potencial de geração de receita, no caso dos contratos de prestação de serviço público de saneamento básico, está relacionado diretamente ao total de clientes (diretamente relacionado ao tamanho da população), valor das tarifas, metas de redução de perdas e de inadimplência. Através de análise integrada dos fatores, considerando valor nominal atual tanto dos passivos da concessão (Capex, Repex, Opex e Tributos) quanto dos ativos (Receita), obtém-se o valor da outorga mínima. A partir desses elementos é elaborado o plano de negócios que leva ao valor do ágio ofertado, que não será considerado nessa Nota Técnica.



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

A seguir, apresentamos um modelo resumido das projeções iniciais dos principais resultados estimados para os municípios, até o momento, envolvidos na segunda fase da **CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Inicialmente, apresentamos os municípios integrantes da segunda fase de concessão:

MUNICÍPIOS	IDHM	POPULAÇÃO	%
Bom Jardim	0,660	27.616	1,0%
Bom Jesus do Itabapoana	0,732	37.203	1,4%
Carapebus	0,713	16.586	0,6%
Carmo	0,696	19.030	0,7%
Itaguaí	0,715	134.819	4,9%
Itaperuna	0,730	103.800	3,8%
Macuco	0,703	5.623	0,2%
Natividade	0,730	15.311	0,6%
Paracambi	0,720	52.683	1,9%
Pinheiral	0,715	25.364	0,9%
Piraí	0,708	29.545	1,1%
Rio Claro	0,683	18.605	0,7%
Rio das Ostras	0,773	155.193	5,7%
Rio de Janeiro - AP5	0,742	1.898.488	69,6%
São Fidélis	0,691	38.710	1,4%
São José de Ubá	0,652	7.206	0,3%
Seropédica	0,713	92.563	3,4%
Trajano de Moraes	0,723	12.320	0,5%
Vassouras	0,714	37.083	1,4%
<b>Total</b>	<b>0,711</b>	<b>2.727.748</b>	<b>100,0%</b>

Conhecidos os municípios, apresentamos as estimativas de Capex (incluindo Repex) em abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme os planos municipais de saneamento básico, com data base de referência em dezembro de 2020. O Capex é formado, principalmente, por Obras Civas, Sistemas e Equipamentos de Produção e distribuição de Água e de coleta e tratamento de esgoto.

O Capex é definido com base no volume de investimentos necessários para se atingir a universalização dos serviços, com base nas metas anuais, por município, considerando as diferenças de sistemas, geografia e cobertura. Foram aplicados custos paramétricos (redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, ligações prediais de água e esgoto, ligações intradomiciliares, substituições de hidrômetros, poços profundos, adutoras, linhas de recalque e atuação em áreas irregulares) e curvas de custos (captação de água bruta, estações de tratamento de água e de esgoto, estações elevatórias de água e de esgoto e para reservatórios de água).

Para reinvestimento foram considerados 5% ao ano para equipamentos, telemetria e automação e os valores de desapropriações foram considerados R\$ 204,25/m2 para áreas até 500 m2 e R\$ 85,10/m2 para áreas maiores que 500 m2. Os valores de desapropriação são resultado de pesquisa de mercado realizado pela consultoria entre 2019 e 2020. Para o custo de energia elétrica foi considerado R\$ 1,07/KWh e para produtos químicos a referência unitária da Companhia Estadual de Águas e Esgoto.

Com base nesses dados foi construído o quadro de custos de investimento e de operação e manutenção, demonstrado resumidamente a seguir (em R\$ 1.000):



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	CAPEX AA	CAPEX ES	CAPEX TOTAL
Bom Jardim	27.616	1,0%	R\$ 56.499,71	R\$ 91.452,58	R\$ 147.952,29
Bom Jesus do Itabapoana	37.203	1,4%	R\$ 55.080,91	R\$ 112.298,96	R\$ 167.379,86
Carapebus	16.586	0,6%	R\$ 62.321,28	R\$ 48.205,85	R\$ 110.527,12
Carmo	19.030	0,7%	R\$ 77.600,44	R\$ 104.818,51	R\$ 182.418,96
Itaguaí	134.819	4,9%	R\$ 247.065,30	R\$ 350.464,88	R\$ 597.530,18
Itaperuna	103.800	3,8%	R\$ 113.740,10	R\$ 290.415,93	R\$ 404.156,03
Macuco	5.623	0,2%	R\$ 6.742,12	R\$ 24.493,93	R\$ 31.236,05
Natividade	15.311	0,6%	R\$ 20.140,32	R\$ 28.121,38	R\$ 48.261,71
Paracambi	52.683	1,9%	R\$ 77.765,02	R\$ 74.912,89	R\$ 152.677,92
Pinheiral	25.364	0,9%	R\$ 61.078,99	R\$ 104.289,97	R\$ 165.368,96
Piraí	29.545	1,1%	R\$ 83.453,65	R\$ 109.730,58	R\$ 193.184,23
Rio Claro	18.605	0,7%	R\$ 34.247,94	R\$ 66.162,11	R\$ 100.410,04
Rio das Ostras	155.193	5,7%	R\$ 154.981,52	R\$ 339.765,27	R\$ 494.746,79
Rio de Janeiro - AP5	1.898.488	69,6%	R\$ 1.187.808,82	R\$ 0,00	R\$ 1.187.808,82
São Fidélis	38.710	1,4%	R\$ 51.799,78	R\$ 67.737,31	R\$ 119.537,09
São José de Ubá	7.206	0,3%	R\$ 12.235,24	R\$ 25.760,80	R\$ 37.996,04
Seropédica	92.563	3,4%	R\$ 202.193,08	R\$ 307.428,18	R\$ 509.621,26
Trajano de Moraes	12.320	0,5%	R\$ 17.256,91	R\$ 28.848,66	R\$ 46.105,57
Vassouras	37.083	1,4%	R\$ 52.496,89	R\$ 77.807,48	R\$ 130.304,37
<b>Total</b>	<b>2.727.748</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 2.574.508,01</b>	<b>R\$ 2.252.715,27</b>	<b>R\$ 4.827.223,28</b>

No caso do Opex (operação e manutenção), este é formado, basicamente, por custos de produção e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto (materiais de tratamento, energia, pessoal, manutenção e outros). Para sua estimativa foram aplicadas análises de custos de recursos humanos considerando um salário médio anual de R\$ 146.919 para uma produtividade de 772 ligações de água e esgoto na AP5 da cidade do Rio de Janeiro e R\$ 134.581 para uma produtividade de 643 ligações nos demais municípios.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	OPEX AA	OPEX ES	OPEX TOTAL
Bom Jardim	27.616	1,0%	R\$ 92.985,34	R\$ 67.703,80	R\$ 160.689,13
Bom Jesus do Itabapoana	37.203	1,4%	R\$ 147.599,26	R\$ 78.960,39	R\$ 226.559,66
Carapebus	16.586	0,6%	R\$ 49.196,78	R\$ 49.210,18	R\$ 98.406,96
Carmo	19.030	0,7%	R\$ 61.258,23	R\$ 61.274,93	R\$ 122.533,16
Itaguaí	134.819	4,9%	R\$ 460.168,66	R\$ 374.113,12	R\$ 834.281,77
Itaperuna	103.800	3,8%	R\$ 355.894,33	R\$ 105.792,56	R\$ 461.686,89
Macuco	5.623	0,2%	R\$ 16.563,15	R\$ 12.906,65	R\$ 29.469,80
Natividade	15.311	0,6%	R\$ 46.936,74	R\$ 37.053,15	R\$ 83.989,89
Paracambi	52.683	1,9%	R\$ 153.129,25	R\$ 185.939,39	R\$ 339.068,64
Pinheiral	25.364	0,9%	R\$ 96.313,38	R\$ 61.207,46	R\$ 157.520,84
Piraí	29.545	1,1%	R\$ 193.588,65	R\$ 81.686,29	R\$ 275.274,93
Rio Claro	18.605	0,7%	R\$ 66.192,27	R\$ 46.124,56	R\$ 112.316,83
Rio das Ostras	155.193	5,7%	R\$ 526.192,23	R\$ 446.119,81	R\$ 972.312,04
Rio de Janeiro - AP5	1.898.488	69,6%	R\$ 6.862.489,37	R\$ 0,00	R\$ 6.862.489,37
São Fidélis	38.710	1,4%	R\$ 131.440,53	R\$ 80.748,98	R\$ 212.189,51
São José de Ubá	7.206	0,3%	R\$ 28.981,60	R\$ 13.003,85	R\$ 41.985,45
Seropédica	92.563	3,4%	R\$ 200.818,97	R\$ 253.992,86	R\$ 454.811,83
Trajano de Moraes	12.320	0,5%	R\$ 27.403,04	R\$ 9.282,56	R\$ 36.685,60
Vassouras	37.083	1,4%	R\$ 120.841,95	R\$ 78.421,92	R\$ 199.263,87
<b>Total</b>	<b>2.727.748</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 9.637.993,72</b>	<b>R\$ 2.043.542,47</b>	<b>R\$ 11.681.536,19</b>

Com a determinação dos valores de Capex (incluindo Repex) e Opex, os principais custos da concessionária do novo bloco regionalizado de serviços de saneamento totalizam R\$ 16.508.759,48. Conhecer este valor é determinante para verificar o impacto sobre as receitas estimadas do empreendimento e essencial para identificar a viabilidade econômica, assim como para se identificar se existe atratividade para o investidor, em especial no que tange ao payback do investimento e à taxa interna de retorno.



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

As projeções de receita total potencial estimada e a comparação com os custos de Capex (incluindo Repex) e Opex indicam que existe margem de retorno do investimento e atratividade ao investidor, quando os municípios são analisados na estrutura do bloco, no modelo filé e osso, com os de melhor desempenho (em especial Rio de Janeiro – AP5) melhorando o resultado dos demais, considerando não apenas o resultado financeiro, mas a geração de caixa em relação ao investimento necessário para atingir a universalização.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	CAPEX E OPEX	RECEITA	R - C&O	Rentabilidade
Bom Jardim	27.616	1,0%	R\$ 308.641,42	R\$ 472.879,81	R\$ 164.238,38	53%
Bom Jesus do Itabapoana	37.203	1,4%	R\$ 393.939,52	R\$ 713.809,61	R\$ 319.870,09	81%
Carapebus	16.586	0,6%	R\$ 208.934,08	R\$ 249.120,89	R\$ 40.186,81	19%
Carmo	19.030	0,7%	R\$ 304.952,12	R\$ 324.091,40	R\$ 19.139,29	6%
Itaguaí	134.819	4,9%	R\$ 1.431.811,96	R\$ 5.846.657,56	R\$ 4.414.845,61	308%
Itaperuna	103.800	3,8%	R\$ 865.842,92	R\$ 2.321.296,41	R\$ 1.455.453,49	168%
Macuco	5.623	0,2%	R\$ 60.705,85	R\$ 134.039,07	R\$ 73.333,21	121%
Natividade	15.311	0,6%	R\$ 132.251,60	R\$ 266.657,09	R\$ 134.405,50	102%
Paracambi	52.683	1,9%	R\$ 491.746,56	R\$ 1.402.415,89	R\$ 910.669,33	185%
Pinheiral	25.364	0,9%	R\$ 322.889,80	R\$ 506.027,33	R\$ 183.137,53	57%
Piraí	29.545	1,1%	R\$ 468.459,17	R\$ 627.037,97	R\$ 158.578,80	34%
Rio Claro	18.605	0,7%	R\$ 212.726,87	R\$ 330.705,51	R\$ 117.978,64	55%
Rio das Ostras	155.193	5,7%	R\$ 1.467.058,83	R\$ 3.451.067,85	R\$ 1.984.009,01	135%
Rio de Janeiro - AP5	1.898.488	69,6%	R\$ 8.050.298,19	R\$ 33.043.765,05	R\$ 24.993.466,86	310%
São Fidélis	38.710	1,4%	R\$ 331.726,61	R\$ 703.810,95	R\$ 372.084,34	112%
São José de Ubá	7.206	0,3%	R\$ 79.981,49	R\$ 92.735,09	R\$ 12.753,60	16%
Seropédica	92.563	3,4%	R\$ 964.433,09	R\$ 5.361.905,60	R\$ 4.397.472,51	456%
Trajano de Moraes	12.320	0,5%	R\$ 82.791,17	R\$ 111.086,83	R\$ 28.295,66	34%
Vassouras	37.083	1,4%	R\$ 329.568,24	R\$ 760.233,57	R\$ 430.665,34	131%
<b>Total</b>	<b>2.727.748</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 16.508.759,48</b>	<b>R\$ 56.719.343,48</b>	<b>R\$ 40.210.584,00</b>	<b>244%</b>

Como pode ser verificado, há municípios nos quais os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mesmo após os investimentos e a universalização, terão baixíssima rentabilidade nos 35 anos da concessão. Neste cenário os municípios não conseguiriam atrair interessados em um processo de concessão isolada. É importante destacar que a rentabilidade apresentada considera que os municípios terão os serviços universalizados em um intervalo de até 12 anos, gerando receita no máximo potencial durante 23 anos, mas para atingir esse nível será necessário realizar um grande volume de investimentos em curto prazo, que a geração de caixa dos serviços atuais de saneamento não comporta.

Dados estes elementos, o valor da outorga mínima (não considera excedente – ágio) é constituído por diversos elementos que constroem a modelagem financeira:

- direito de exploração das atividades nos municípios;
- infraestruturas físicas (sistemas de captação e tratamento de água e de tratamento de esgoto e redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário);
- mobiliários e equipamentos afetos à atividade;
- necessidade de investimentos para atingir as metas de universalização do sistema de saneamento básico;
- despesas de operação e manutenção do sistema (mão de obra, impostos e outras);
- potencial de receita, que é determinado pelo volume possível de expansão da cobertura de água e esgoto.

Considerando as variáveis, a outorga é positiva quando no município a receita gerada é superior à soma dos investimentos para a universalização e dos custos de operação e manutenção e o





**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

período de recuperação do investimento (payback) não supera, para o caso de saneamento, 13 anos. Quando o resultado é igual ou inferior, a outorga é negativa e o titular, no caso os municípios, precisa pagar parte dos custos para atingir a universalização no prazo estabelecido na legislação. Além disso, como os municípios possuem contratos de programa, termos de convênio ou serviços próprios de saneamento, os bens afetos à atividade não amortizados no momento do encerramento dos compromissos para a concessão precisam ser indenizados aos investidores, no caso a Companhia Estadual de Águas e Esgoto ou os serviços municipais.

Para determinar o valor da outorga geral do bloco, foram aplicados pesos compartilhados, nos quais a Área de Planejamento 5 do município do Rio de Janeiro, apesar de não conter a arrecadação de esgotamento sanitário (já concedida em 2012 pela prefeitura), responde por 69,6% da população a ser atendida no bloco e gera o maior potencial de receita.

O valor de outorga pode ser obtido diretamente sobre a capacidade de geração líquida de receita, descontados os efeitos inflacionários, em valor presente, do ativo concedido, no caso os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Outra metodologia usada para definir a outorga é aplicar o valor do bem concedido, descontada a amortização dos ativos ao longo do tempo da concessão. Outra forma de definir a outorga é através do Índice Multidimensional de Saneamento Básico. O IMSB foi construído por Montoya e Loreto<sup>1</sup> com a finalidade de integrar a situação social e econômica dos municípios com os serviços de saneamento básico, objetivando identificar as privações a que a população do município está submetida.

A metodologia empregada na construção do IMSB é a mesma utilizada para a medição de pobreza multidimensional, desenvolvida por Alkire-Foster<sup>2</sup>. Por meio da decomposição da população em subgrupos e áreas de residência, utilizando dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerando a situação dos municípios em termos de cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, verifica-se que

O índice multidimensional de saneamento básico nos 18 municípios que compõem o bloco, mais a AP5 do Rio de Janeiro é de 0,18 para o abastecimento de água (18% da população não possui acesso adequado à água) e de 0,65 para esgotamento sanitário (65% para população não possui acesso adequado à coleta e tratamento de esgoto).

A partir do tratamento dos dados foi possível estimar valores per capita de investimento, considerando o horizonte do plano dentro de cada município. Pelas regras da concessão, os municípios que contribuem para a bacia do rio Guandu devem estar com o sistema universalizado em cinco anos. Os demais no período de 11 anos (até 2033). Além da universalização, há metas para redução de perdas técnicas (vazamentos) e não técnicas (furto) e da inadimplência. A aplicação dos fatores levou a um valor médio potencial de geração líquida de receita per capita de R\$ 896,50, considerando um payback de 16 anos e uma TIR do projeto de 7,71% (TIR nominal / TIR real de 11,65%), menor ICSD de 1,34. O valor médio potencial de geração líquida de receita per capita, de R\$ 896,50, é multiplicado pela população e gera o valor de outorga de cada município dentro do balanceamento de equilíbrio gerado pelo bloco.

---

<sup>1</sup> MONTOYA, A.J.; LORETO, M.D.S. **Índice multidimensional de saneamento básico para a bacia hidrográfica do rio Santo Antônio**. (Mimeo). Viçosa/MG: UFV, 2015.

<sup>2</sup> ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and multidimensional poverty**. Oxford: University of Oxford, 2007. (Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 7)



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

Dessa forma, considerando impacto distributivo sobre os municípios, de forma a evitar que o baixo desempenho de alguns contaminasse excessivamente o resultado daqueles que apresentam melhores resultados, chegou-se ao seguinte conjunto de outorgas mínimas, compartilhadas em 80% para o estado, 15% para os municípios (de acordo com a proporcionalidade populacional) e 5% para o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, gerido pelo Instituto Rio Metrôpole (IRM):

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	%	OUTORGA MÍNIMA ESTIMADA	OUTORGA ESTADO	OUTORGA MUNICÍPIOS	OUTORGA IRM
Bom Jardim	27.616	1,0%	R\$ 24.757.744,00	R\$ 19.806.195,20	R\$ 3.713.661,60	R\$ 1.237.887,20
Bom Jesus do Itabapoana	37.203	1,4%	R\$ 33.352.489,50	R\$ 26.681.991,60	R\$ 5.002.873,43	R\$ 1.667.624,48
Carapebus	16.586	0,6%	R\$ 14.869.349,00	R\$ 11.895.479,20	R\$ 2.230.402,35	R\$ 743.467,45
Carmo	19.030	0,7%	R\$ 17.060.395,00	R\$ 13.648.316,00	R\$ 2.559.059,25	R\$ 853.019,75
Itaguaí	134.819	4,9%	R\$ 120.865.233,50	R\$ 96.692.186,80	R\$ 18.129.785,03	R\$ 6.043.261,68
Itaperuna	103.800	3,8%	R\$ 93.056.700,00	R\$ 74.445.360,00	R\$ 13.958.505,00	R\$ 4.652.835,00
Macuco	5.623	0,2%	R\$ 5.041.019,50	R\$ 4.032.815,60	R\$ 756.152,93	R\$ 252.050,98
Natividade	15.311	0,6%	R\$ 13.726.311,50	R\$ 10.981.049,20	R\$ 2.058.946,73	R\$ 686.315,58
Paracambi	52.683	1,9%	R\$ 47.230.309,50	R\$ 37.784.247,60	R\$ 7.084.546,43	R\$ 2.361.515,48
Pinheiral	25.364	0,9%	R\$ 22.738.826,00	R\$ 18.191.060,80	R\$ 3.410.823,90	R\$ 1.136.941,30
Pirai	29.545	1,1%	R\$ 26.487.092,50	R\$ 21.189.674,00	R\$ 3.973.063,88	R\$ 1.324.354,63
Rio Claro	18.605	0,7%	R\$ 16.679.382,50	R\$ 13.343.506,00	R\$ 2.501.907,38	R\$ 833.969,13
Rio das Ostras	155.193	5,7%	R\$ 139.130.524,50	R\$ 111.304.419,60	R\$ 20.869.578,68	R\$ 6.956.526,23
Rio de Janeiro - AP5	1.898.488	69,6%	R\$ 1.701.994.913,32	R\$ 1.361.595.930,66	R\$ 255.299.237,00	R\$ 85.099.745,67
São Fidélis	38.710	1,4%	R\$ 34.703.515,00	R\$ 27.762.812,00	R\$ 5.205.527,25	R\$ 1.735.175,75
São José de Ubá	7.206	0,3%	R\$ 6.460.179,00	R\$ 5.168.143,20	R\$ 969.026,85	R\$ 323.008,95
Seropédica	92.563	3,4%	R\$ 82.982.729,50	R\$ 66.386.183,60	R\$ 12.447.409,43	R\$ 4.149.136,48
Trajano de Moraes	12.320	0,5%	R\$ 11.044.880,00	R\$ 8.835.904,00	R\$ 1.656.732,00	R\$ 552.244,00
Vassouras	37.083	1,4%	R\$ 33.244.909,50	R\$ 26.595.927,60	R\$ 4.986.736,43	R\$ 1.662.245,48
<b>Total</b>	<b>2.727.748</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 2.445.426.503,32</b>	<b>R\$ 1.956.341.202,66</b>	<b>R\$ 366.813.975,50</b>	<b>R\$ 122.271.325,17</b>

Considerando a divisão da outorga mínima, a expectativa de recebimento pelo governo do Estado, municípios e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana é:

PARCELAS	OUTORGA MÍNIMA ESTIMADA	OUTORGA ESTADO	OUTORGA MUNICÍPIOS	OUTORGA FDRM
<b>OUTORGA TOTAL</b>	<b>R\$ 2.445.426.503,32</b>	<b>R\$ 1.956.341.202,66</b>	<b>R\$ 366.813.975,50</b>	<b>R\$ 122.271.325,17</b>
1ª Parcela (65%) - abril de 2022	R\$ 1.589.527.227,16	R\$ 1.271.621.781,73	R\$ 238.429.084,07	R\$ 79.476.361,36
2ª Parcela (15%) - outubro de 2022	R\$ 366.813.975,50	R\$ 293.451.180,40	R\$ 55.022.096,32	R\$ 18.340.698,77
3ª Parcela (20%) - outubro de 2025	R\$ 489.085.300,66	R\$ 391.268.240,53	R\$ 73.362.795,10	R\$ 24.454.265,03

Ressalta-se que esses valores são estimativas que sofrerão ajustes ao longo do processo de estruturação do leilão, uma vez que a composição dos blocos ainda pode mudar até o lançamento do edital, assim como podem ser agregados novos investimentos, alterando Capex, Opex, Receitas e valores de outorgas. Outro ponto sensível é que o valor do excedente é impossível projetar, mesmo em análise de estimativas. Na primeira fase o excedente médio líquido dos três blocos ficou em 117,22%.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil  
Subsecretaria Geral

## DESPACHO

À SEFAZ/COMISARRF,

De ordem superior, encaminho Nota Técnica (23215367) sobre "ESTIMATIVA DE VALORES REFERENTES À SEGUNDA FASE DA CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DO RIO DE JANEIRO" para a adoção de providências que forem julgadas cabíveis.

Rio de Janeiro, 08 outubro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius dos Santos Silva, Assistente**, em 08/10/2021, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **23291919** e o código CRC **6DD7A72E**.

Referência: Processo nº SEI-040108/000072/2021

SEI nº 23291919

Rua Pinheiro Machado, S/Nº, Palácio Guanabara, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-090  
Telefone: